

# FLS RDV Subholding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas em

31 de dezembro de 2025



# Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	13
1 Contexto operacional.....	13
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	13
3 Gerenciamento de riscos.....	21
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	23
5 Aplicações financeiras vinculadas (Consolidado).....	23
6 Contas a receber de clientes (Consolidado).....	24
7 Imobilizado (Consolidado).....	24
8 Investimentos (Controladora).....	26
9 Fornecedores (Consolidado).....	29
10 Empréstimos e financiamentos (Consolidado).....	30
11 Ações preferenciais resgatáveis (Controladora).....	33
12 Patrimônio líquido.....	34
13 Receita líquida de vendas (Consolidado).....	30
14 Custos operacionais (Consolidado).....	30
15 Despesas gerais ou administrativas.....	30
16 Resultado financeiro.....	30
17 Partes relacionadas.....	32
18 Instrumentos financeiros.....	33
19 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado).....	35
20 Contingências.....	38



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300  
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota  
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3457-9500  
kpmg.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Administradores da**

**FLS RDV Subholding S.A.**

**Maracanaú (CE)**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da FLS RDV Subholding S.A. ("Companhia") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da FLS RDV Subholding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC CE-003141/F-5

Pedro Barroso Silva Junior  
Contador CRC CE-021967/0-5

## Balancos patrimoniais

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	362.231	327.976	100.563	9.978
Contas a receber de clientes	6	57.136	52.623	—	—
Dividendos a receber	17	—	—	55.343	15.824
Partes relacionadas - outros créditos	17	8	—	1	1
Outros créditos		22.066	7.877	335	69
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>441.441</b>	<b>388.476</b>	<b>156.242</b>	<b>25.872</b>
Aplicações financeiras vinculadas	5	124.733	116.407	—	—
Outros créditos		6.009	—	—	—
<b>Realizável à longo prazo</b>		<b>130.742</b>	<b>116.407</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Investimento	8	—	—	582.283	687.198
Imobilizado	7	2.293.894	2.404.270	—	—
Intangível		5.419	5.534	—	—
		<b>2.299.313</b>	<b>2.409.804</b>	<b>582.283</b>	<b>687.198</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>2.430.055</b>	<b>2.526.211</b>	<b>582.283</b>	<b>687.198</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.871.496</b>	<b>2.914.687</b>	<b>738.525</b>	<b>713.070</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**FLS RDV Subholding S.A.**  
Balancos Patrimoniais  
em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	9	37.391	7.001	—	—
Dividendos a pagar	17	19.944	26.252	2.624	21.412
Empréstimos e financiamentos	10	114.051	109.935	—	—
Ações preferenciais resgatáveis	10	40.157	5.536	40.157	5.536
Partes relacionadas - outras contas a pagar	17	279	56	—	—
Obrigações fiscais		9.274	9.591	42	5
Imposto de renda e contribuição social	19	5.252	5.995	55	—
Obrigações trabalhistas		438	396	—	—
Outras contas a pagar		10.226	7.295	—	—
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>237.012</b>	<b>172.057</b>	<b>42.878</b>	<b>26.953</b>
Empréstimos e financiamentos	10	1.735.377	1.820.067	—	—
Ações preferenciais resgatáveis	10	550.481	570.786	550.481	570.786
Provisão para desmobilização		27.341	26.223	—	—
Outras contas a pagar		6.347	—	—	—
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>2.319.546</b>	<b>2.417.076</b>	<b>550.481</b>	<b>570.786</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>2.556.558</b>	<b>2.589.133</b>	<b>593.359</b>	<b>597.739</b>
Patrimônio líquido	12				
Capital social		43.898	43.898	43.898	43.898
Reserva legal		5.060	4.508	5.060	4.508
Reserva de lucros a distribuir		96.208	66.925	96.208	66.925
<b>Total do Patrimônio líquido atribuído aos controladores</b>		<b>145.166</b>	<b>115.331</b>	<b>145.166</b>	<b>115.331</b>
<b>Participação de acionistas não controladores</b>		<b>169.772</b>	<b>210.223</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>314.938</b>	<b>325.554</b>	<b>145.166</b>	<b>115.331</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>		<b>2.871.496</b>	<b>2.914.687</b>	<b>738.525</b>	<b>713.070</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações do resultado

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida operacional	13	627.483	441.537	–	–
Custos operacionais	14	(346.948)	(154.042)	–	–
<b>Lucro bruto</b>		<b>280.535</b>	<b>287.495</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Despesas gerais ou administrativas	15	(15.327)	(9.334)	(262)	(17)
Outras (despesas) receitas operacionais		(522)	391	–	–
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(15.849)</b>	<b>(8.943)</b>	<b>(262)</b>	<b>(17)</b>
<b>Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos</b>		<b>264.686</b>	<b>278.552</b>	<b>(262)</b>	<b>(17)</b>
Receitas financeiras	16	62.036	28.239	5.196	381
Despesas financeiras	16	(248.245)	(145.964)	(89.151)	(44.437)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(186.209)</b>	<b>(117.725)</b>	<b>(83.955)</b>	<b>(44.056)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	7	–	–	96.397	134.229
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>78.477</b>	<b>160.827</b>	<b>12.180</b>	<b>90.156</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(40.470)	(23.070)	(1.133)	–
<b>Lucro do exercício</b>		<b>38.007</b>	<b>137.757</b>	<b>11.047</b>	<b>90.156</b>
<b>Resultado atribuído aos:</b>					
Acionistas controladores		11.047	90.156	–	–
Acionistas não controladores		26.960	47.601	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações do resultado abrangente

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	38.007	137.757	11.047	90.156
Outros resultados abrangentes - ORA	—	—	—	—
Resultado abrangente total	38.007	137.757	11.047	90.156
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	11.047	90.156	—	—
Acionistas não controladores	26.960	47.601	—	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		—	—	—	—	—	—	—
Capital subscrito		43.898	—	—	—	—	—	—
Capital integralizado		—	—	—	—	43.898	—	43.898
Incorporação de controladas	8	—	—	—	—	—	167.462	167.462
Outras movimentações de capital	8	—	—	2.689	—	2.689	—	2.689
Lucro do exercício		—	—	—	90.156	90.156	47.601	137.757
<b>Destinação do Lucro</b>								
Reserva legal	12	—	4.508	—	(4.508)	—	—	—
Dividendos obrigatórios	12	—	—	—	(21.412)	(21.412)	(4.840)	(26.252)
Reserva de lucros a distribuir	12	—	—	64.236	(64.236)	—	—	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>43.898</b>	<b>4.508</b>	<b>66.925</b>	<b>—</b>	<b>115.331</b>	<b>210.223</b>	<b>325.554</b>
Redução de capital	12	—	—	—	—	—	(18.054)	(18.054)
Lucro do exercício		—	—	—	11.047	11.047	26.960	38.007
<b>Destinação do Lucro</b>								
Reserva legal	12	—	552	—	(552)	—	—	—
Dividendos obrigatórios	12	—	—	—	(2.624)	(2.624)	(6.043)	(8.667)
Dispensa de dividendos mínimos obrigatórios	12	—	—	21.412	—	21.412	—	21.412
Dividendos adicionais distribuídos	12	—	—	—	—	—	(43.314)	(43.314)
Reserva de lucros a distribuir	12	—	—	7.871	(7.871)	—	—	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>43.898</b>	<b>5.060</b>	<b>96.208</b>	<b>—</b>	<b>145.166</b>	<b>169.772</b>	<b>314.938</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro do exercício		38.007	137.757	11.047	90.156
<b>Ajustes para:</b>					
Depreciação	7	114.246	76.220	—	—
Equivalência patrimonial	8	—	—	(96.397)	(134.229)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	148.940	100.013	—	4.686
Juros sobre APRs	10	89.082	39.737	89.082	39.737
Rendimento de aplicações	5	(14.705)	(7.338)	—	—
Apropriação do custo de captação	10	8.788	5.291	—	—
Imposto de renda e contribuição social	19	40.470	23.147	1.133	—
Outros		1.233	855	—	(61)
		<b>426.061</b>	<b>375.682</b>	<b>4.865</b>	<b>289</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
Contas a receber de clientes		(4.513)	(6.304)	—	—
Outros créditos		(18.066)	(131)	(1.344)	2.666
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		215	(832)	—	—
Fornecedores		30.390	(8.469)	—	—
Obrigações trabalhistas		42	(56)	—	—
Obrigações fiscais		(10.928)	(9.621)	38	5
Outras contas a pagar		9.278	3.549	—	—
		<b>432.479</b>	<b>353.818</b>	<b>3.559</b>	<b>2.960</b>
Impostos pagos sobre o lucro	19	(30.602)	(8.920)	—	—
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>401.877</b>	<b>344.898</b>	<b>3.559</b>	<b>2.960</b>

**FLS RDV Subholding S.A.**  
*Demonstrações dos Fluxos de Caixa*  
*em 31 de dezembro de 2025 e 2024*  
*(Em milhares de reais)*

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Aplicações financeiras	5	(12.142)	(1.003)	—	—
Resgates de aplicações financeiras	5	16.389	3.783	—	—
Aquisição de investimentos, líquido do caixa adquirido		—	253.656	—	—
Redução de capital	8	(18.054)	—	49.557	—
Dividendos recebidos	8	—	—	112.235	40.720
Aquisição de imobilizado	7	(3.870)	(1.513)	—	—
Aquisição de intangível		—	(4.132)	—	—
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas (proveniente das) atividades de investimento</b>		<b>(17.677)</b>	<b>250.791</b>	<b>161.792</b>	<b>40.720</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Capital integralizado		—	37.000	—	37.000
Dividendos pagos a acionistas	12	(36.877)	(73.020)	—	—
Captação de APRs	10	—	600.000	—	600.000
Pagamentos de principal - empréstimos e financiamentos	10	(114.949)	(666.803)	—	(594.000)
Pagamentos de juros - empréstimos e financiamentos	10	(108.189)	(82.563)	—	(13.287)
Pagamentos de juros - APRs	10	(74.739)	(34.201)	(74.739)	(34.201)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	10	(15.164)	(18.912)	—	—
Custo de captação - APRs	10	(27)	(29.214)	(27)	(29.214)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(349.945)</b>	<b>(267.713)</b>	<b>(74.766)</b>	<b>(33.702)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>34.255</b>	<b>327.976</b>	<b>90.585</b>	<b>9.978</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	327.976	—	9.978	—
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	362.231	327.976	100.563	9.978
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>34.255</b>	<b>327.976</b>	<b>90.585</b>	<b>9.978</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

### **1 Contexto operacional**

A FLS RDV Subholding S.A. (“Companhia”), com sede em Maracanaú (CE), foi constituída em 20 de fevereiro de 2024, e tem como objeto social participar como acionista do capital social de sociedades que atuam em empreendimentos no setor de energia renovável.

Suas controladas têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica e a comercialização de energia elétrica.

#### **1.1 Descrição dos projetos eólicos controlados pela Companhia**

##### ***Projeto Folha Larga Sul (“FLS”)***

O projeto contempla a operação de três parques eólicos, com capacidade instalada de 151,2 MW (36 aerogeradores modelo Vestas V150 4.2) e está localizado no estado da Bahia, a cerca de 430 km de Salvador (BA). Os parques eólicos iniciaram comissionamento dos aerogeradores em abril de 2020, e estão 100% em operação comercial desde agosto de 2020. O projeto possui financiamento de longo prazo junto ao BNB.

##### ***Projeto Rio do Vento (“RDV”)***

O projeto contempla oito parques eólicos, com capacidade instalada de 504 MW (120 aerogeradores modelo Vestas V150 4.2) e está localizado no estado do Rio Grande do Norte, a cerca de 105 km de Natal (RN). Os parques eólicos iniciaram comissionamento dos aerogeradores em maio de 2021, e estão em operação comercial plena desde fevereiro de 2022. O projeto conta com financiamentos de longo prazo do BNDES e BNB.

### **2 Base de preparação e políticas contábeis materiais**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

#### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Administração não efetua julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **2.8 Ativo imobilizado (Consolidado)** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

#### **Mensuração do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

## **2.4 Base de consolidação**

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listada a seguir:

Controladas	Empreendimentos	MW	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% do Capital Social	
						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Projeto Folha Larga Sul</b>									
Ventos de Santo Eloy Holding S.A.	(a)	(a)	Maracanaú (CE)	21 de fevereiro de 2011	Holding	Direto	Direto	95,10%	95,10%
Ventos de Santo Eloy Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Januário 22	50,4	Campo Formoso (BA)	22 de fevereiro de 2011	Operacional	Indireto	Indireto	95,10%	95,10%
Ventos de São Bento Holding S.A.	(a)	(a)	Maracanaú (CE)	27 de outubro de 2011	Holding	Direto	Direto	95,10%	95,10%
Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Januário 20	50,4	Campo Formoso (BA)	11 de outubro de 2011	Operacional	Indireto	Indireto	95,10%	95,10%
Ventos de São Galvão Holding S.A.	(a)	(a)	Maracanaú (CE)	28 de outubro de 2010	Holding	Direto	Direto	95,10%	95,10%
Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Januário 21	50,4	Campo Formoso (BA)	15 de maio de 2015	Operacional	Indireto	Indireto	95,10%	95,10%
<b>Projeto Rio do Vento</b>									
Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de São Januário 23	58,8	Ruy Barbosa (RN)	8 de outubro de 2015	Operacional	Direto	Direto	74,84%	74,84%
Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de Santa Martina 01	63,0	Caiçara do Rio do Vento (RN)	3 de maio de 2018	Operacional	Direto	Direto	74,84%	74,84%
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de Santa Martina 09	63,0	Riachuelo e Ruy Barbosa (RN)	23 de janeiro de 2018	Operacional	Direto	Direto	75,10%	75,10%
Ventos de Santa Alice Holding S.A.	(a)	(a)	Maracanaú (CE)	2 de junho de 2019	Holding	Direto	Direto	70,20%	70,20%
Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de Santa Martina 10	63,0	Ruy Barbosa (RN)	23 de janeiro de 2018	Operacional	Indireto	Indireto	70,20%	70,20%
Ventos de São Felipe Holding S.A.	(a)	(a)	Maracanaú (CE)	2 de junho de 2019	Holding	Direto	Direto	70,20%	70,20%
Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de Santa Martina 11	63,0	Riachuelo (RN)	23 de janeiro de 2018	Operacional	Indireto	Indireto	70,20%	70,20%
Ventos de São Mizaél Holding S.A.	(a)	(a)	Maracanaú (CE)	2 de junho de 2019	Holding	Direto	Direto	70,20%	70,20%
Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de Santa Martina 12	63,0	Riachuelo e Bento Fernandes (RN)	23 de janeiro de 2018	Operacional	Indireto	Indireto	70,20%	70,20%
Ventos de Santa Sara Holding S.A.	(a)	(a)	Maracanaú (CE)	2 de junho de 2019	Holding	Direto	Direto	70,20%	70,20%

Controladas	Empreendimentos	MW	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% do Capital Social	
						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A.	EOL Ventos de Santa Martina 13	67,2	Riachuelo e Bento Fernandes (RN)	23 de janeiro de 2018	Operacional	Indireto	Indireto	70,20%	70,20%
Ventos de Santa Sofia Holding S.A.	(a)	(a)	Maracanaú (CE)	2 de junho de 2019	Holding	Direto	Direto	71,09%	71,09%
Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Martina 14	63,0	Riachuelo e Caiçara do Rio do Vento (RN)	23 de janeiro de 2018	Operacional	Indireto	Indireto	71,09%	71,09%

(a) As investidas que possuem status de Holding na estrutura de investimentos da Companhia atuam por meio de atividades estritamente administrativas. Para estas controladas, não há empreendimento diretamente vinculado e apresenta-se como localização a sede administrativa.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## 2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

## 2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### (i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### (ii) Classificação e mensuração subsequente

#### **Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

#### **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **(iii) Desreconhecimento**

#### **Ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas não transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### **Passivos financeiros**

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **(iv) Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, dividendos a receber, partes relacionadas - outros créditos e aplicações financeiras vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos, ações preferenciais resgatáveis, fornecedores, dividendos a pagar, outras contas a pagar e partes relacionadas – outras contas a pagar.

## 2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

## 2.8 Ativo imobilizado (Consolidado)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados aos empreendimentos, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

### **Depreciações**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para as unidades geradoras dos empreendimentos, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena das controladas.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### **Provisão de desmobilização de ativos**

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir dos custos que vierem a ser incorridos pela Companhia.

## **2.9 Receitas e despesas financeiras**

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

## **2.10 Imposto de renda e contribuição social**

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Controladora não possui diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

O imposto de renda das controladas foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social das controladas foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

## 2.11 Arrendamento (Consolidado)

A Companhia e suas controladas cessaram a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, em razão do início pleno da fase operacional dos empreendimentos, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

## 2.12 Receita operacional (Consolidado)

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. As controladas reconhecem a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais das controladas são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

## 2.13 Mudanças nas principais políticas contábeis

### Classificação dos juros pagos sobre financiamentos de longo prazo nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Até 31 de dezembro de 2024, a Administração classificava os juros pagos sobre dívidas de longo prazo como atividade operacional nas demonstrações dos fluxos de caixa. A partir de 1º de janeiro de 2025, modificou-se a classificação dos respectivos juros para atividades de financiamento. Neste contexto, adotou-se esta mudança com o propósito de representar de forma fidedigna a transação no contexto destas demonstrações financeiras conforme sua natureza, uma vez que tais dívidas foram contratadas para viabilizar a construção dos empreendimentos (CAPEX) e serão liquidadas no longo prazo. Como efeito, a Companhia e suas controladas efetuaram a reclassificação dos montante de R\$47.488 e R\$116.764, individual e consolidado, respectivamente, eferente a juros pagos divulgados em 31 de dezembro de 2024, da seção de atividades operacionais para atividades de financiamentos nas demonstrações comparativas individuais e consolidadas dos fluxos de caixa, conforme tabela abaixo:

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024	Consolidado			Controladora		
	Saldo original	Ajustes	Saldo atual	Saldo original	Ajustes	Saldo atual
Pagamentos de juros - empréstimos e financiamentos	(82.563)	82.563	—	(13.287)	13.287	—
Pagamentos de juros - APRs	(34.201)	34.201	—	(34.201)	34.201	—
Outros	344.898	—	344.898	2.960	—	2.960
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>228.134</b>	<b>116.764</b>	<b>344.898</b>	<b>(44.528)</b>	<b>47.488</b>	<b>2.960</b>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>	<b>250.791</b>	<b>—</b>	<b>250.791</b>	<b>40.720</b>	<b>—</b>	<b>40.720</b>
Pagamentos de juros - empréstimos e financiamentos	—	(82.563)	(82.563)	—	(13.287)	(13.287)
Pagamentos de juros - APRs	—	(34.201)	(34.201)	—	(34.201)	(34.201)
Outros	(150.949)	—	(150.949)	13.786	—	13.786
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b>(150.949)</b>	<b>(116.764)</b>	<b>(267.713)</b>	<b>13.786</b>	<b>(47.488)</b>	<b>(33.702)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>327.976</b>	<b>—</b>	<b>327.976</b>	<b>9.978</b>	<b>—</b>	<b>9.978</b>

## 2.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- a. **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
  - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

- b. Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

### 3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

#### (i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

#### (ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a CDV, portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

### (iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são as dívidas apresentadas nas Notas 10 e 11.

A Companhia e suas controladas monitoram o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

### (iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024, exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. As dívidas contratadas pela Companhia e suas controladas possuem riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA, para empréstimos e financiamentos, e CDI para ações preferenciais resgatáveis.

### Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	268.659	Baixa do CDI	267.380	266.091
Efeito no resultado	5.067		3.788	2.499
Aplicações financeiras vinculadas	124.733	Baixa do CDI	120.743	116.976
Efeito no resultado	14.705		10.715	6.948
Empréstimos e financiamentos	(1.978.122)	Alta do IPCA	(1.995.152)	(2.012.164)
Efeito no resultado	(65.853)		(82.883)	(99.895)
Ações preferenciais resgatáveis	(619.878)	Alta do CDI	(643.410)	(666.965)
Efeito no resultado	(83.087)		(106.619)	(130.174)

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	1	1	—	—
Bancos conta movimento	93.513	3.707	4	4
Aplicações financeiras	58	1	—	—
Fundo de investimentos - restritos (a)	268.659	324.267	100.559	9.974
<b>Total</b>	<b>362.231</b>	<b>327.976</b>	<b>100.563</b>	<b>9.978</b>

- (a) A Companhia e suas controladas possuíam aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 11,25% a.a. (11,25% acumulado em 31 de dezembro de 2024).

## 5 Aplicações financeiras vinculadas (Consolidado)

### a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações vinculadas - Fundo de liquidez BNB (a)	54.875	57.221
Aplicações vinculadas - Contas Reservas BNDES (b)	69.858	59.186
<b>Total</b>	<b>124.733</b>	<b>116.407</b>

**Ativo não circulante** **124.733**      **116.407**

- (a) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") em conta de fundo de liquidez constituído por meio dos contratos de financiamentos firmados pelas controladas junto ao BNB. Tais recursos serão mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao contrato de financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 13,35% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (10,12% a.a. em 31 de dezembro de 2024).
- (b) As aplicações financeiras de longo prazo são referentes a obrigações de prestação de garantias assumidas pelas controladas da Companhia nos contratos de financiamentos celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Tais recursos serão mantidos em conta no Banco Citibank Brasil S.A., e deverão ser mantidos por todo período dos mesmos instrumentos, sendo os valores dados em garantia, podendo ser utilizados pelo credor para liquidação de obrigações relacionadas aos contratos. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 14,02% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (10,50% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

### b. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldos iniciais</b>	<b>116.407</b>	<b>—</b>
Adição por aquisição de controladas	—	113.494
Rendimento de aplicações	14.705	7.338
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(2.132)	(1.645)
Aplicações financeiras	12.142	1.003
Resgates de aplicações financeiras	(16.389)	(3.783)
<b>Saldos finais</b>	<b>124.733</b>	<b>116.407</b>

## 6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia – terceiros	53.921	49.526
Venda de energia – partes relacionadas (nota 17)	3.215	3.097
<b>Total</b>	<b>57.136</b>	<b>52.623</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração considerava não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

As controladas não apresentavam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

## 7 Imobilizado (Consolidado)

### a. Composição do saldo

Descrição	Taxa %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Terrenos	–	200	–	200	200
Torres anemométricas	10,00%	2.542	(1.594)	948	1.143
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	2.738.792	(504.217)	2.234.575	2.346.118
Edificações	3,33% a 4%	38.159	(5.962)	32.197	33.478
Equipamentos de processamento de dados	20,00%	18	(11)	7	10
Veículos	20,00%	1.324	(614)	710	461
Móveis e utensílios	6,25%	275	(89)	186	204
Instalações	10,00%	1.046	(30)	1.016	37
Ferramentas	10,00%	120	(56)	64	76
Imobilizado em andamento	–%	2.130	–	2.130	–
Provisão para desmobilização	2,86%	23.910	(2.049)	21.861	22.543
<b>Total</b>		<b>2.808.516</b>	<b>(514.622)</b>	<b>2.293.894</b>	<b>2.404.270</b>

**b. Movimentação do saldo**

Descrição	31/12/2024	Adições	Transferências	Baixas	Adição Depreciação	31/12/2025
Terrenos	200	—	—	—	—	200
Torres anemométricas	1.143	24	34	—	(253)	948
Máquinas e equipamentos	2.346.118	1.282	(1.019)	—	(111.806)	2.234.575
Edificações	33.478	—	—	—	(1.281)	32.197
Equipamentos de processamento de dados	10	—	—	—	(3)	7
Veículos	461	434	—	—	(185)	710
Móveis e utensílios	204	—	—	—	(18)	186
Instalações	37	—	985	—	(6)	1.016
Ferramentas	76	—	—	—	(12)	64
Imobilizado em andamento	—	2.130	—	—	—	2.130
Provisão para desmobilização	22.543	—	—	—	(682)	21.861
<b>Total</b>	<b>2.404.270</b>	<b>3.870</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(114.246)</b>	<b>2.293.894</b>

Descrição	Incorporação de controladas	Adições	Baixas	Adição Depreciação	31/12/2024
Terrenos	200	—	—	—	200
Torres anemométricas	1.340	—	(29)	(168)	1.143
Máquinas e equipamentos	2.419.232	1.508	—	(74.622)	2.346.118
Edificações	34.334	—	—	(856)	33.478
Equipamentos de processamento de dados	11	—	—	(1)	10
Veículos	566	—	(12)	(93)	461
Móveis e utensílios	211	5	—	(12)	204
Instalações	41	—	—	(4)	37
Ferramentas	84	—	—	(8)	76
Provisão para desmobilização	22.999	—	—	(456)	22.543
<b>Total</b>	<b>2.479.018</b>	<b>1.513</b>	<b>(41)</b>	<b>(76.220)</b>	<b>2.404.270</b>

## 8 Investimentos (Controladora)

### a. Composição do saldo

Controladas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Projeto Folha Larga Sul</b>	<b>170.341</b>	<b>162.346</b>
Ventos de Santo Eloy Holding S.A.	57.449	55.831
Ventos de São Bento Holding S.A.	56.376	49.716
Ventos de São Galvão Holding S.A.	56.516	56.799
<b>Projeto Rio do Vento</b>	<b>411.942</b>	<b>524.852</b>
Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A.	55.886	59.550
Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A.	49.406	68.417
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A.	43.635	91.712
Ventos de Santa Alice Holding S.A.	52.243	54.694
Ventos de São Felipe Holding S.A.	57.684	60.453
Ventos de São Mizaél Holding S.A.	66.031	66.957
Ventos de Santa Sara Holding S.A.	58.028	60.467
Ventos de Santa Sofia Holding S.A.	29.029	62.602
<b>Total</b>	<b>582.283</b>	<b>687.198</b>

### b. Movimentação do saldo

Controladas	31/12/2024	Equivalência patrimonial	Redução de capital (a)	Distribuição de lucros (b)	31/12/2025
<b>Projeto Folha Larga Sul</b>	<b>162.346</b>	<b>33.062</b>	—	<b>(25.067)</b>	<b>170.341</b>
Ventos de Santo Eloy Holding S.A.	55.831	10.574	—	(8.957)	57.449
Ventos de São Bento Holding S.A.	49.716	13.053	—	(6.393)	56.376
Ventos de São Galvão Holding S.A.	56.799	9.434	—	(9.717)	56.516
<b>Projeto Rio do Vento</b>	<b>524.852</b>	<b>63.335</b>	<b>(49.557)</b>	<b>(126.687)</b>	<b>411.942</b>
Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A.	59.550	4.938	—	(8.602)	55.886
Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A.	68.417	7.741	—	(26.752)	49.406
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A.	91.712	4.049	(27.946)	(24.181)	43.635
Ventos de Santa Alice Holding S.A.	54.694	9.901	—	(12.352)	52.243
Ventos de São Felipe Holding S.A.	60.453	8.526	—	(11.295)	57.684
Ventos de São Mizaél Holding S.A.	66.957	14.053	—	(14.980)	66.031
Ventos de Santa Sara Holding S.A.	60.467	6.441	—	(8.880)	58.028
Ventos de Santa Sofia Holding S.A.	62.602	7.686	(21.611)	(19.646)	29.030
<b>Total</b>	<b>687.198</b>	<b>96.397</b>	<b>(49.557)</b>	<b>(151.754)</b>	<b>582.283</b>

Controladas	20/02/2024	Cessão de investimento	Equivalência patrimonial	Distribuição de lucros (b)	Outras	31/12/2024
<b>Projeto Folha Larga Sul</b>	—	<b>150.079</b>	<b>14.582</b>	<b>(2.315)</b>	—	<b>162.346</b>
Ventos de Santo Eloy Holding S.A.	—	50.140	6.399	(708)	—	55.831
Ventos de São Bento Holding S.A.	—	49.580	845	(709)	—	49.716
Ventos de São Galvão Holding S.A.	—	50.359	7.338	(898)	—	56.799
<b>Projeto Rio do Vento</b>	—	<b>456.745</b>	<b>119.647</b>	<b>(54.229)</b>	<b>2.689</b>	<b>524.852</b>
Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A.	—	50.021	12.005	(2.476)	—	59.550
Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A.	—	56.932	15.207	(3.722)	—	68.417
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A.	—	79.158	14.322	(4.457)	2.689	91.712
Ventos de Santa Alice Holding S.A.	—	48.806	17.387	(11.499)	—	54.694
Ventos de São Felipe Holding S.A.	—	54.143	17.489	(11.179)	—	60.453
Ventos de São Mizaél Holding S.A.	—	58.297	16.821	(8.161)	—	66.957
Ventos de Santa Sara Holding S.A.	—	55.771	14.576	(9.880)	—	60.467
Ventos de Santa Sofia Holding S.A.	—	53.617	11.840	(2.855)	—	62.602
<b>Total</b>	—	<b>606.824</b>	<b>134.229</b>	<b>(56.544)</b>	<b>2.689</b>	<b>687.198</b>

- (a) Durante o exercício de 2025, deliberou-se em AGE a redução de capital das controladas Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santa Sofia Holding S.A. no montante total de R\$67.612, com a restituição do capital aos acionistas na proporção de participação do capital social da controlada, com efeito caixa no exercício de R\$49.557 para a controladora e R\$18.054 para não controladores.
- (b) Durante o exercício de 2025, as controladas realizaram a distribuição de dividendos no montante de R\$151.754 (R\$56.544 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$112.235 com efeito caixa no exercício (R\$40.720 em 31 de dezembro de 2024).

**c. Saldos das controladas**

31/12/2025					
Controladas	% Participação na data de aquisição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
<b>Projeto Folha Larga Sul</b>		<b>187.374</b>	<b>8.257</b>	<b>179.117</b>	<b>34.765</b>
Ventos de Santo Eloy Holding S.A.	95,10%	63.049	2.641	60.408	11.119
Ventos de São Bento Holding S.A.	95,10%	62.541	3.260	59.281	13.726
Ventos de São Galvão Holding S.A.	95,10%	61.784	2.356	59.428	9.920
<b>Projeto Rio do Vento</b>		<b>1.312.405</b>	<b>739.464</b>	<b>572.941</b>	<b>88.592</b>
Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A.	74,84%	303.998	229.325	74.673	6.600
Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A.	74,84%	328.546	262.530	66.016	10.346
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A.	75,10%	289.805	231.704	58.101	5.391
Ventos de Santa Alice Holding S.A.	70,20%	77.822	3.401	74.421	14.104
Ventos de São Felipe Holding S.A.	70,20%	85.106	2.935	82.171	12.145
Ventos de São Mizaél Holding S.A.	70,20%	98.816	4.754	94.062	20.019
Ventos de Santa Sara Holding S.A.	70,20%	84.890	2.229	82.661	9.175
Ventos de Santa Sofia Holding S.A.	71,09%	43.422	2.586	40.836	10.812
<b>Total</b>		<b>1.499.779</b>	<b>747.721</b>	<b>752.058</b>	<b>123.357</b>

31/12/2024							
Controladas	% Participação na data de aquisição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	(a)	(b)
<b>Projeto Folha Larga Sul</b>		<b>173.144</b>	<b>2.433</b>	<b>170.711</b>	<b>10.244</b>	<b>157.810</b>	<b>15.333</b>
Ventos de Santo Eloy Holding S.A.	95%	59.452	744	58.708	3.134	52.723	6.729
Ventos de São Bento Holding S.A.	95%	53.022	745	52.278	3.134	52.134	888
Ventos de São Galvão Holding S.A.	95,10%	60.670	944	59.725	3.976	52.953	7.716
<b>Projeto Rio do Vento</b>		<b>1.424.070</b>	<b>697.364</b>	<b>726.706</b>	<b>194.561</b>	<b>632.871</b>	<b>166.492</b>
Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A.	74,84%	302.632	223.064	79.568	13.932	66.836	16.041
Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A.	74,84%	324.628	233.212	91.415	20.940	76.069	20.319
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A.	75,10%	359.193	237.073	122.120	24.988	105.403	19.071
Ventos de Santa Alice Holding S.A.	70,20%	77.912	—	77.912	32.173	69.524	24.767
Ventos de São Felipe Holding S.A.	70,20%	86.114	—	86.115	30.592	77.127	24.914
Ventos de São Mizaél Holding S.A.	70,20%	95.381	—	95.381	29.256	83.045	23.962
Ventos de Santa Sara Holding S.A.	70,20%	86.135	—	86.135	25.774	79.446	20.764
Ventos de Santa Sofia Holding S.A.	71,09%	92.075	4.015	88.060	16.906	75.421	16.654
<b>Total</b>		<b>1.597.214</b>	<b>699.797</b>	<b>897.417</b>	<b>204.805</b>	<b>790.681</b>	<b>181.825</b>

(a) Patrimônio líquido na data da incorporação.

(b) Resultado do período na data de incorporação até o encerramento do exercício.

## 9 Fornecedores (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Compra de energia – terceiros	37.106	7.001
Compra de energia – partes relacionadas (nota 17)	285	–
<b>Total</b>	<b>37.391</b>	<b>7.001</b>

## 10 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

As controladas celebraram contratos de empréstimos e financiamentos, destinados a implantação dos empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as controladas possuíam ativos os seguintes contratos de dívidas:

Controladas	Banco	Celebração do contrato	Início do pagamento	Vencimento	Indexador	Encargos	Valor contratado
<b>Projeto Folha Larga Sul</b>							<b>551.007</b>
Ventos de Santo Eloy Energias Renováveis S.A.	BNB	30/11/2018	28/02/2021	15/12/2038	IPCA	2,27%	183.436
Ventos de São Bento Energias Renováveis S.A.	BNB	30/11/2018	28/02/2021	15/12/2038	IPCA	2,27%	184.135
Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A.	BNB	30/11/2018	28/02/2021	15/12/2038	IPCA	2,27%	183.436
<b>Projeto Rio do Vento</b>							<b>1.519.651</b>
Ventos de Santo Abelardo Energias Renováveis S.A.	BNDES	29/12/2020	15/09/2022	15/06/2041	IPCA	4,37%	204.334
Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A.	BNDES	29/12/2020	15/07/2022	15/06/2041	IPCA	4,25%	212.691
Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A.	BNDES	30/04/2021	15/07/2022	15/06/2041	IPCA	4,77%	216.712
Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A.	BNB	30/12/2019	15/08/2022	15/01/2041	IPCA	1,15%	166.830
Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A.	BNB	30/12/2019	15/08/2022	15/01/2039	IPCA	1,15%	166.830
Ventos de São Mizaél Energias Renováveis S.A.	BNB	30/12/2019	15/08/2022	15/01/2036	IPCA	1,15%	166.830
Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A.	BNB	30/12/2019	15/08/2022	15/01/2042	IPCA	1,15%	177.861
Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A.	BNDES	24/06/2020	15/07/2022	15/06/2041	IPCA	4,69%	207.563
<b>Total contratado – empréstimos e financiamentos</b>							<b>2.070.658</b>

**a. Composição do saldo**

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
BNB	1.059.115	1.116.097
BNDDES	919.006	936.221
(-) Custos de captação	(128.693)	(122.316)
<b>Total</b>	<b>1.849.428</b>	<b>1.930.002</b>

**b. Movimentação da conta**

Descrição	BNB	BNDDES	Notas comerciais	Total Geral
<b>Saldos em 20 de fevereiro de 2024</b>	–	–	–	–
Adição por incorporação de controladas	1.085.969	904.406	–	1.990.375
Incorporação de notas comerciais	–	–	602.601	602.601
Juros incorridos	42.040	53.287	4.686	100.013
Pagamento de principal	(35.026)	(37.777)	(594.000)	(666.803)
Pagamento de juros	(40.942)	(28.334)	(13.287)	(82.563)
Apropriação do custo de captação	3.195	2.096	–	5.291
Custo de captação pago no exercício	(9.675)	(9.237)	–	(18.912)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.045.561</b>	<b>884.441</b>	<b>–</b>	<b>1.930.002</b>
Juros incorridos	65.853	83.087	–	148.940
Pagamento de principal	(55.844)	(59.105)	–	(114.949)
Pagamento de juros	(66.991)	(41.198)	–	(108.189)
Apropriação do custo de captação	5.429	3.359	–	8.788
Custo de captação pago no exercício	(9.762)	(5.402)	–	(15.164)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>984.246</b>	<b>865.182</b>	<b>–</b>	<b>1.849.428</b>
Circulante	55.664	58.387	–	114.051
Não Circulante	928.582	806.795	–	1.735.377

**c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo**

BNDES	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
Vencimento				
2026	—	—%	57.480	7%
2027	60.110	7%	57.480	7%
2028	60.110	7%	57.480	7%
2029	60.110	7%	57.480	7%
2030	60.110	7%	57.480	7%
2031	60.110	7%	57.480	7%
2032	60.110	7%	57.480	7%
2033	60.110	7%	57.480	7%
2034	60.110	7%	57.480	7%
2035	59.089	7%	56.503	6%
2036	58.453	7%	55.894	6%
2037	57.998	7%	55.459	6%
2038	57.657	7%	55.134	6%
2039	57.218	7%	54.713	5%
2040	57.218	7%	54.713	5%
2041	28.615	2%	27.366	3%
<b>Total parcelas - longo prazo</b>	<b>857.128</b>	<b>100%</b>	<b>877.102</b>	<b>100%</b>
(-) Custo de captação - longo prazo	(50.333)		(48.629)	
<b>Saldo total - longo prazo</b>	<b>806.795</b>		<b>828.473</b>	

BNB	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
Vencimento				
2026	—	—%	59.357	6%
2027	59.412	6%	59.412	6%
2028	61.996	6%	61.996	6%
2029	66.469	7%	66.469	6%
2030	69.898	7%	69.898	6%
2031	75.048	8%	75.048	7%
2032	76.083	8%	76.083	7%
2033	80.705	8%	80.705	8%
2034	84.945	9%	84.945	8%
2035	90.750	9%	90.751	8%
2036	81.679	7%	81.677	8%
2037	85.898	8%	85.898	8%
2038	87.942	8%	87.942	8%
2039	30.105	3%	30.105	3%
2040	30.100	3%	30.100	3%
2041	15.754	2%	15.753	1%
2042	1.138	1%	1.136	1%
<b>Total parcelas - longo prazo</b>	<b>997.922</b>	<b>100%</b>	<b>1.057.275</b>	<b>100%</b>
(-) Custo de captação - longo prazo	(69.340)		(65.681)	
<b>Saldo total - longo prazo</b>	<b>928.582</b>		<b>991.594</b>	

**d. Garantias e covenants**

Modalidade	Garantias
BNB (a)	a. Fiança bancária correspondente ao valor total ou parcial do saldo devedor da dívida, até que determinadas condições sejam atingidas; b. Penhor de ações e aerogeradores das controladas; c. Cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pelas controladas; e d. Contas reservas do serviço da dívida.
BNDES (b)	a. Fiança bancária de 100% do saldo devedor da dívida até a conclusão físico-financeira do empreendimento; b. Penhor de ações e aerogeradores das controladas; c. Cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pelas controladas; e d. Contas reservas do serviço da dívida.

- (a) Os *covenants* dos contratos firmados são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB. Os contratos firmados com as controladas de FLS contém *covenants* financeiros estabelecendo que as empresas devem atingir determinado Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e se manter abaixo abaixo de determinado Índice de Dívida Líquida / EBITDA.
- (b) Os contratos de financiamentos com o BNDES contém *covenants* estabelecendo que as controladas devem atingir determinado índice de ICSD.

Com exceção da Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A., as demais controladas atingiram o índice ICSD em 31 de dezembro de 2025. Todavia, o não atingimento do ICSD na referida controlada não representa descumprimento de obrigação contratual que pode levar a um vencimento antecipado da dívida, visto que o contrato define o evento de vencimento antecipado como o não atingimento do ICSD em dois exercícios consecutivos. Em 31 de dezembro de 2024, as controladas encontravam-se adimplente com os *covenants* previstos no contrato.

## 11 Ações preferenciais resgatáveis (Controladora)

Em 06 de junho de 2024, a CDV, a Companhia e o Itaú celebraram acordo de investimento, por meio do qual acordou-se um aporte pelo Itaú no montante de R\$600.000, mediante a emissão de 12.728.045 ações preferenciais resgatáveis pela Companhia, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos obrigatórios.

A remuneração das ações preferenciais resgatáveis será paga pela Investida no primeiro e no segundo semestre de cada exercício social, prioritárias, cumulativas e obrigatórias, equivalentes a 100% da taxa DI acrescida de 1,05% ao ano, de forma *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, apurada entre (a) a data de integralização e a primeira data de distribuição de proventos; (b) as datas de distribuição de proventos, em todos os casos sempre devidos sobre o valor atualizado do investimento. Conforme cronograma pré-definido, os resgates deverão ocorrer entre os dias 1º de maio de 2026 a 30 de novembro de 2036.

Como resultado da transação, o Itaú passou a deter 22,48% das ações emitidas pela Investida, todavia, para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia divulga a participação societária em 100% do capital social da investida, uma vez que as ações preferenciais resgatáveis se caracterizam como instrumento de dívida, de acordo com os termos do contrato vis a vis a norma contábil.

**a. Composição do saldo**

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ações preferenciais resgatáveis	619.878	605.536
(-) Custos de captação	(29.240)	(29.214)
<b>Total</b>	<b>590.638</b>	<b>576.322</b>

**b. Movimentação do saldo**

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldos iniciais</b>	<b>576.322</b>	<b>—</b>
Captações de APRs	—	600.000
Juros incorridos sobre APRs	89.082	39.737
Pagamento de juros APRs	(74.739)	(34.201)
Custo de captação pago no exercício	(27)	(29.214)
<b>Saldos finais</b>	<b>590.638</b>	<b>576.322</b>
Circulante	40.157	5.536
Não Circulante	550.481	570.786

**c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo**

Vencimento	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
2026	—	—%	22.121	4%
2027	26.300	5%	26.300	4%
2028	31.680	5%	31.680	5%
2029	36.700	6%	36.700	6%
2030	40.120	7%	40.120	7%
2031	43.400	8%	43.400	7%
2032	67.100	12%	67.100	11%
2033	73.100	13%	73.100	12%
2034	73.350	13%	73.350	12%
2035	78.590	14%	78.590	13%
2036	107.540	17%	107.539	19%
<b>Total parcelas - longo prazo</b>	<b>577.880</b>	<b>100%</b>	<b>600.000</b>	<b>100%</b>
(-) Custo de captação - longo prazo	(27.399)		(29.214)	
<b>Saldo total - longo prazo</b>	<b>550.481</b>		<b>570.786</b>	

**12 Patrimônio líquido**

O capital social integralizado é de R\$43.898 em 31 de dezembro de 2025 (R\$43.898 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 43.897.847 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Casa dos Ventos S.A.	100,00%	43.898	43.897.847	100,00%	43.898	43.897.847
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>43.898</b>	<b>43.897.847</b>	<b>100,00%</b>	<b>43.898</b>	<b>43.897.847</b>

### Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$2.624 (R\$21.412 em 31 de dezembro de 2024).

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	11.047	90.156
(-) Reserva legal (5%)	(552)	(4.508)
<b>Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>10.495</b>	<b>85.648</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>	<b>2.624</b>	<b>21.412</b>

### Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$552 (R\$4.508 em 31 de dezembro de 2024), conforme tabela acima.

### Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$7.871 (R\$64.236 em 31 de dezembro de 2024).

### Dividendos pagos a acionistas

Durante o exercício de 2025, as controladas da Companhia realizaram pagamentos a título de dividendos para acionistas não controladores no montante de R\$36.877 (R\$73.020 em 31 de dezembro de 2024).

### Dispensa da distribuição de dividendos

Durante o exercício de 2025, o acionista da Companhia deliberou sobre a dispensa dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024 no montante de R\$21.412, incorrendo no aumento da reserva de lucros a distribuir no mesmo valor.

## 13 Receita líquida de vendas (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	651.260	458.144
PIS e Cofins sobre vendas	(23.777)	(16.607)
<b>Total</b>	<b>627.483</b>	<b>441.537</b>

## 14 Custos operacionais (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custos com pessoal	(3.101)	(1.900)
Energia comprada (a)	(174.118)	(40.671)
Depreciação	(114.247)	(76.220)
Gastos operacionais	(7.658)	(4.734)
Seguros	(6.685)	(4.349)
Gastos com propriedades	(9.598)	(6.721)
Gastos com manutenção	(21.891)	(14.493)
Outros custos	(9.650)	(4.954)
<b>Total</b>	<b>(346.948)</b>	<b>(154.042)</b>

- (a) Em relação aos impactos da Lei 15.269 de 24/11/25 que aborda, entre outros temas, o ressarcimento de projetos eólicos e solares pelos cortes forçados na geração de energia ('curtailment'), a administração da Companhia está avaliando a adesão ao termo de compromisso proposto no Art. 1º-B. Como o texto e condições detalhadas do termo de compromisso ainda não foram publicados a Companhia não pode afirmar sua adesão e portanto não reconheceu nas demonstrações financeiras de 2025 qualquer valor referente ao eventual ressarcimento. A administração segue confiante que os mecanismos adequados de ressarcimento serão implementados pela ANEEL/ONS e que a controlada receberá sua compensação por perdas passadas em um prazo adequada.

## 15 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços - pessoa jurídica (a)	(14.488)	(9.140)	(17)	-
Tributos e contribuições	(550)	(149)	(243)	(17)
Outras despesas gerais ou administrativas	(289)	(45)	(2)	-
<b>Total</b>	<b>(15.327)</b>	<b>(9.334)</b>	<b>(262)</b>	<b>(17)</b>

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2025, R\$13.920 se refere a pagamentos de consultoria à Casa dos Ventos S.A. pelas controladas (R\$8.887 em 31 de dezembro de 2024), conforme citado na [Nota 17\(a\)](#).

## 16 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento de aplicações	61.819	28.047	5.196	320
Outras receitas financeiras	217	192	-	61
<b>Total</b>	<b>62.036</b>	<b>28.239</b>	<b>5.196</b>	<b>381</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos	(148.940)	(100.013)	-	(4.686)
Juros sobre APRs	(89.082)	(39.737)	(89.082)	(39.737)
Apropriação do custo de captação	(8.788)	(5.301)	-	-
Outras despesas financeiras	(1.435)	(913)	(69)	(14)
<b>Total</b>	<b>(248.245)</b>	<b>(145.964)</b>	<b>(89.151)</b>	<b>(44.437)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(186.209)</b>	<b>(117.725)</b>	<b>(83.955)</b>	<b>(44.056)</b>

## 17 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>	<b>3.223</b>	<b>3.097</b>	<b>55.344</b>	<b>15.825</b>
Contas a receber de clientes	3.215	3.097	—	—
Venda de energia (nota 6) (c)	3.215	3.097	—	—
Partes relacionadas - outros créditos	8	—	1	1
Transações de condomínios (b)	8	—	—	—
Ressarcimentos entre partes relacionadas	—	—	1	1
Dividendos a receber	—	—	55.343	15.824
Dividendos a receber de controladas	—	—	55.343	15.824
<b>Passivo</b>	<b>3.557</b>	<b>21.725</b>	<b>2.624</b>	<b>21.412</b>
Partes relacionadas - outras contas a pagar	279	56	—	—
Adiantamento condomínios - PC	8	—	—	—
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	271	56	—	—
Fornecedores	285	—	—	—
Compra de energia (c)	285	—	—	—
Dividendos a pagar	2.993	21.669	2.624	21.412
Dividendos a pagar a acionistas controladores	2.993	21.669	2.624	21.412
<b>Resultado</b>	<b>39.721</b>	<b>58.010</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Receita líquida de vendas	62.566	71.938	—	—
Venda de energia (c)	62.566	71.938	—	—
Custos operacionais	(8.925)	(5.041)	—	—
Energia comprada (c)	(8.182)	(4.413)	—	—
Custos com manutenção de torres (a)	(743)	(628)	—	—
Despesas gerais ou administrativas	(13.920)	(8.887)	—	—
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(13.920)	(8.887)	—	—

- (a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as controladas possuíam operações com partes relacionadas decorrente de contrato de prestação de serviços firmado com a Casa dos Ventos S.A.
- (b) As controladas possuíam despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias até a sua liquidação.
- (c) As controladas possuem operações de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

A Companhia não efetua diretamente pagamentos de remuneração aos membros de sua Administração, os quais renunciam à remuneração pelo exercício de seus cargos na Companhia em seus termos de posse. A remuneração, é suportada diretamente pela acionista que indicou o respectivo administrador. Especificamente quanto aos administradores indicados por Casa dos Ventos S.A., a remuneração é paga diretamente por essa acionista e, posteriormente, apropriada às suas controladas, incluindo a Companhia, por meio de rateio. Tais valores são registrados pela Companhia como serviços tomados, classificados em despesas gerais e administrativas, conforme aplicável. Os montantes incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 encontram-se divulgados na nota explicativa correspondente às demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

## 18 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

### a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	Consolidado				Controladora			
		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		362.231	362.231	327.976	327.976	100.563	100.563	9.978	9.978
Contas a receber de clientes		57.136	57.136	52.623	52.623	–	–	–	–
Dividendos a receber		–	–	–	–	55.343	55.343	15.824	15.824
Partes relacionadas - outros créditos		8	8	–	–	1	1	1	1
Aplicações financeiras vinculadas		124.733	124.733	116.407	116.407	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(1.849.428)	(1.978.121)	(1.930.002)	(2.052.318)	–	–	–	–
Ações preferenciais resgatáveis	Nível 2	(590.638)	(619.878)	(576.321)	(605.535)	(590.638)	(619.878)	(576.321)	(605.535)
Fornecedores		(37.391)	(37.391)	(7.001)	(7.001)	–	–	–	–
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(279)	(279)	(56)	(56)	–	–	–	–
Dividendos a pagar		(19.944)	(19.944)	(26.252)	(26.252)	(2.624)	(2.624)	(21.412)	(21.412)
Outras contas a pagar		(16.573)	(16.573)	(7.295)	(7.295)	–	–	–	–
<b>Total</b>		<b>(1.970.145)</b>	<b>(2.128.078)</b>	<b>(2.049.921)</b>	<b>(2.201.451)</b>	<b>(437.355)</b>	<b>(466.595)</b>	<b>(571.930)</b>	<b>(601.144)</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não apresentavam instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são avaliados ao custo amortizado.

**b. Mensuração do valor justo**

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Empréstimos, financiamentos e APRs	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

## 19 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

### a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda corrente	(27.960)	(15.702)
Contribuição social corrente	(12.510)	(7.368)
<b>Total</b>	<b>(40.470)</b>	<b>(23.070)</b>

### b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	651.260	458.144
Alíquota de presunção (IRPJ)	8 %	8 %
Lucro presumido	52.101	36.652
Outras receitas não operacionais	56.840	27.858
Alíquota vigente	25 %	25 %
<b>Imposto de renda corrente - controladas</b>	<b>(27.133)</b>	<b>(15.702)</b>
<b>Imposto de renda corrente - controladora</b>	<b>(827)</b>	<b>—</b>
<b>Imposto de renda corrente</b>	<b>(27.960)</b>	<b>(15.702)</b>
Alíquota de presunção (CSLL)	12 %	12 %
Lucro presumido	78.151	54.977
Outras receitas não operacionais	56.840	27.858
Alíquota vigente	9 %	9 %
<b>Contribuição social corrente - controladas</b>	<b>(12.204)</b>	<b>(7.368)</b>
<b>Contribuição social corrente - controladora</b>	<b>(306)</b>	<b>—</b>
<b>Contribuição social corrente</b>	<b>(12.510)</b>	<b>(7.368)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>(51,6)%</b>	<b>(14,3)%</b>

### c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldos iniciais</b>	<b>5.995</b>	<b>—</b>
Adição por aquisição	—	1.792
Imposto de renda e contribuição social no exercício	40.470	23.147
Impostos pagos sobre o lucro	(30.602)	(8.920)
Compensações no exercício	(10.611)	(10.024)
<b>Saldos finais</b>	<b>5.252</b>	<b>5.995</b>

## 20 Contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas. A Administração revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliaram não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.